

ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES DA CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como EMISSORA, CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, com sede no Município de Poá, Estado de São Paulo, na Av. 9 de Julho nº 220, inscrita no CGC sob nº 49.925.225/0001-48 e no Registro do Comércio sob NIRC 35300031539, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente EMISSORA, e de outro lado como interveniente, APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Tesouro nº 47 - 3º andar, inscrita no CGC sob nº 62.090.873/0001-90, doravante designada simplesmente AGENTE FIDUCIÁRIO, representando os subscritores das debêntures simples, não conversíveis em ações, a que se refere esta Escritura, vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base em autorização da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 7.10.93.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07/12/76, e nº 6.404, de 15/12/76, e demais disposições legais regulamentares pertinentes.
2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.
3. REGISTRO DA ESCRITURA
A presente escritura de emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis de Poá, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA III - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes condições e características:

1. COLOCAÇÃO
O lançamento será público, sendo a colocação processada mediante a intermediação de instituições financeiras. O Conselho de Administração da EMISSORA, doravante denominado CONSELHO, definirá, para cada uma das séries, o procedimento a ser adotado na distribuição.
2. DATA DE EMISSÃO E VENCIMENTO
Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures de todas as séries será o dia 1º de outubro de 1993. O CONSELHO determinará as datas de vencimento de cada uma das séries.
3. QUANTIDADE DE TÍTULOS E DIVISÃO EM SÉRIES
Serão emitidas 260.100 (duzentas e sessenta mil e cem) debêntures. A emissão será realizada em número indeterminado de séries.

4. VALOR NOMINAL E VALOR DA EMISSÃO

As debêntures terão valor nominal unitário de CR\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros reais) na data de emissão, totalizando CR\$ 26.010.000.000,00 (vinte e seis bilhões e dez milhões de cruzeiros reais).

5. FORMA

As debêntures serão escriturais.

6. ESPÉCIE E CONVERTIBILIDADE

As debêntures serão da espécie subordinada, não conversíveis em ações.

7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O preço de subscrição e a forma de pagamento das debêntures de cada uma das séries desta emissão será fixado pelo CONSELHO.

8. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor nominal das debêntures será atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, pela variação acumulada do índice Geral de Preços do Mercado, doravante denominado IGPM, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE - FGV, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, e o produto da correção agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista neste instrumento.

8.1. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia útil de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "pro-rata temporis" do IGPM do mês anterior.

8.2. Na hipótese de extinção ou congelamento do IGPM ou, se por superveniência de normas legais ou regulamentares, este não puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, as debêntures desta emissão tornar-se-ão automaticamente indexadas, a partir do evento, pela variação acumulada do IGP-DI (índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) calculado pelo IBRE/FGV - Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, ou do INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, observada a ordem estabelecida.

9. MORA

Se a EMISSORA vier a incorrer em mora de pagamento, seja do valor principal corrigido monetariamente, seja de juros e prêmio, obriga-se ela a pagar a mesma correção monetária, juros e prêmio pactuados, além de juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o débito em atraso, a partir do respectivo vencimento, independente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

10. AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a critério do CONSELHO, promover a amortização antecipada de no mínimo 10% (dez por cento) do valor nominal atualizado de todas as debêntures em circulação, acrescido dos juros devidos na data da amortização e de eventual prêmio, se houver, calculados "pro-rata temporis".

10.1. Será assegurado aos debenturistas um aviso prévio de 30 (trinta) dias, através de anúncios publicados em jornais de grande circulação, com observância do disposto no artigo 289 da Lei 6.404, de 15.12.76.

12. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

13. NEGOCIAÇÃO

14. JUROS REMUNERATÓRIOS

14.1. Os juros serão fixos ou variáveis, sendo a taxa e o respectivo "período de incidência de taxa de juros" fixados pelo CONSELHO. Entende-se como "período de incidência de taxa de juros", o espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério definido pelo CONSELHO.

14.2. Se for o caso, o CONSELHO deverá deliberar e comunicar aos debenturistas, até 10 (dez) dias antes do encerramento de cada "período de incidência de taxa de juros", o seguinte:

a) o prazo do próximo "período de incidência de taxa de juros";

b) a taxa de juros a vigor durante o próximo "período de incidência de taxa de juros";

c) as datas de vencimentos de juros.

14.3. As condições fixadas pelo CONSELHO, de acordo com o subitem anterior, serão comunicadas aos debenturistas através de aviso publicado no jornal "Gazeta Mercantil", concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua opção pela aquisição dos títulos pela EMISSORA.

15. PRÊMIO

O CONSELHO poderá, a seu critério, determinar a fixação de prêmios para cada uma das séries desta emissão. Os prêmios serão deliberados a qualquer tempo e comunicados aos debenturistas nos termos do subitem 14.3 desta cláusula.

16. RECOMPRA OBRIGATÓRIA

Ao final de cada "período de incidência da taxa de juros", a EMISSORA obrigase a recomprar as debêntures de todos os debenturistas que assim optarem, pelo valor nominal atualizado monetariamente, conforme definido no item 8 acima, acrescido de juros e prêmio devidos na data da recompra. As debêntures assim recompradas, poderão ser revendidas pela EMISSORA.

17. LOCAL DE PAGAMENTOS

Os pagamentos referentes às amortizações e rendimentos, a que fazem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema.

18. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento da obrigação coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos.

19. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação, na Cidade de São Paulo.

20. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, da soma total das debêntures em circulação da série para a qual foi escolhido, acrescida de correção monetária, juros e prêmio, se houver, calculados exponencialmente por dias decorridos, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) decretação de falência da EMISSORA;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura;
- d) falta de cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação não pecuniária relevante, prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA 1ª. (PRIMEIRA) SÉRIE

Em reunião de 7/10/93, o CONSELHO deliberou, por delegação da Assembléia Geral Extraordinária da mesma data, as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, aplicáveis às debêntures da 1ª. (Primeira) Série da Quarta Emissão Pública de Debêntures, a saber:

1. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E VALOR DA SÉRIE

A 1ª série será representada por 65.050 (sessenta e cinco mil e cinquenta) debêntures, totalizando CR\$ 6.505.000.000,00 (seis bilhões, quinhentos e cinco milhões de cruzeiros reais).

2. DATA DE VENCIMENTO

As debêntures vencerão em 1º de outubro de 1998.

3. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

3.1. Preço de Subscrição via Leilão

O preço de subscrição das debêntures da 1ª. série da 4ª. emissão será aquele apurado em leilão a ser realizado em Bolsa de Valores, sendo, no mínimo, o seu valor nominal unitário atualizado monetariamente, acrescido de juros e prêmio, calculados "pro-rata temporis" até a data da liquidação financeira.

3.1.1. Se na data da liquidação financeira relativa à subscrição das debêntures o IGPM referente ao mês em curso não for conhecido, a determinação do Preço Unitário do título será efetuada utilizando-se o último índice conhecido, aplicado "pro-rata temporis".

3.1.2. O preço de subscrição apurado no leilão será pago em moeda corrente nacional no segundo dia posterior ao da realização do respectivo leilão, atualizado monetariamente e acrescido de juros e prêmio, calculados "pro-rata temporis".

3.2. Caso a subscrição ocorra em data diferente ao 1º (primeiro) dia do mês, para efeito de cálculo do preço de subscrição, será utilizado o IGPM do mês imediatamente anterior ao da efetiva subscrição, "pro-rateado" por dias corridos para o período compreendido entre o dia 1º (primeiro) do mês de subscrição e a data da efetiva subscrição, com base no número de dias existentes entre o dia 1º (primeiro) do mês da subscrição e o dia 1º (primeiro) do mês imediatamente subsequente ao da subscrição.

4. JUROS REMUNERATÓRIOS

4.1. Para o 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, assim entendido o período de tempo compreendido entre a data de emissão das debêntures e a data do primeiro pagamento de juros, esta última definida a seguir, as debêntures desta 1ª. série da 4ª. emissão farão jus a juros remuneratórios de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados sobre o valor nominal da debênture, acrescido da variação do IGPM, a partir da data de sua emissão.

4.2. A parcela de juros remuneratórios correspondente a 6% a.a. (seis por cento ao ano) será paga na data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, juntamente com o prêmio, calculada exponencialmente por dias corridos desde a data de emissão até a data do pagamento, incidindo sobre o valor nominal acrescido da variação do IGPM acumulado desde a data de emissão do título até a data de pagamento dos juros.

4.3. O 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros desta 1ª. série da 4ª. emissão, encerrar-se-á em 1º de novembro de 1994. Os períodos de incidência da taxa de juros subsequentes, bem como as taxas de juros válidas para os mesmos, datas e formas de pagamento e demais condições, serão definidas oportunamente pelo CONSELHO, conforme o estabelecido no item 14 da Cláusula III.

5. PRÊMIO

Fica desde já definido que, para o 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, a EMISSORA pagará às debêntures da 1ª. série desta emissão um prêmio equivalente à diferença positiva, se houver, entre os termos da seguinte fórmula:

$$P = (V1 \times F) - V2, \text{ onde:}$$

P = prêmio a ser pago por debênture, expresso em cruzeiros reais, a ser pago na data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros das debêntures desta 1ª. série;

V1 = valor nominal da debênture na data da emissão;

$$V2 = V1 \times (IGP - Mn) / (IGP - M1) \times (1,06)^{D/360}, \text{ sendo}$$

IGP-Mn = índice Geral de Preços de Mercado acumulado, correspondente ao mês da data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros das debêntures desta 1ª. série;

IGP-M1 = índice Geral de Preços de Mercado acumulado, correspondente ao mês da data de emissão das debêntures desta 1ª. série;

D = número de dias decorridos entre a data de emissão e a data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros das debêntures desta 1ª. série;

F = fator de apuração do prêmio por debênture, conforme a seguir definido:

$$F = \left(\left(\frac{\text{IGP-Mn}}{\text{IGP-M1}} \right) \times \left(1 + \frac{t1}{100} \right) \right)^{\frac{D}{360}}, \text{ onde:}$$

t1 = taxa de juros, expressa em pontos percentuais ao ano a ser definida em reunião do CONSELHO na proximidade da data de realização do leilão em Bolsa.

O prêmio incidirá a partir do primeiro dia do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, coincidente com a data de emissão, e será pago na data do encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, juntamente com os juros correspondentes a este mesmo período.

6. REPACTUAÇÃO

Fica desde já definido que a primeira repactuação, que coincidirá com a data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, será o dia 1º de novembro de 1994, ou seja 396 (trezentos e noventa e seis) dias a partir da data de emissão, inclusive.

7. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Os atuais acionistas não terão direito de preferência para a subscrição das debêntures desta 1ª. série da 4ª. emissão.

8. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

Será adotado o procedimento diferenciado na colocação das debêntures desta 1ª. série da 4ª. emissão, conforme artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/09/80, através de leilão em Bolsa de Valores.

CLÁUSULA V - DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEMAIS SÉRIES

1. Caberá ao CONSELHO fixar a época, o montante e as condições de lançamento de cada série, com observância do limite correspondente ao número de debêntures definido no item 3 da Cláusula III.
2. A emissão de cada série será objeto de aditamento a esta Escritura.

CLÁUSULA VI - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS DEBÊNTURES ESCRITURAIS

A instituição financeira depositária das debêntures escriturais será o BANCO ITAÚ S.A..

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA obriga-se, especialmente a:

Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil
Grupo Itaú
Av. Nove de Julho, 220 - CEP 08550-000 - Poá - SP
CGC 49.925.225/0001-48

1. manter atualizados, até o vencimento final das debênturas, os registros necessários junto à Comissão de Valores Mobiliários;
2. manter contrato com instituição financeira, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar eficiente atendimento aos titulares das debênturas escriturais;
3. dar adequada publicidade aos dados econômico-financeiros de atos de sua gestão, promovendo a publicação, conforme preceituado no artigo 289 da Lei 6.404/76, dos seguintes documentos, complementados com notas explicativas e quadros analíticos ou demonstrações contábeis esclarecedoras da situação patrimonial e dos resultados do exercício:
 - balanço patrimonial;
 - demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
 - demonstração do resultado do exercício;
 - demonstração das origens e aplicações dos recursos; e
 - parecer dos auditores independentes, quando se tratar do Balanço Geral;
4. enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópias das demonstrações financeiras anuais e do parecer da auditoria, tão logo tenham esses documentos sido produzidos;
5. fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas, e bem assim cópia de qualquer outro documento ou informação, que tenha caráter relevante para a defesa dos debenturistas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da solicitação, o qual poderá ser prorrogado, na hipótese de impossibilidade comprovada de seu atendimento;
6. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, conforme item 8 da Cláusula III, juros e prêmios, se houver, relativos às debêntures objeto da presente Escritura.

CLÁUSULA VIII - AGENTE FIDUCIÁRIO

1. NOMEAÇÃO: a EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente Escritura, APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., retro qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para nos termos da lei e desta Escritura, representar, perante a EMISSORA, a comunhão dos debenturistas.
2. SUBSTITUIÇÃO: o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, a qualquer tempo, ser substituído, em suas funções, por deliberação da Assembléia dos Debenturistas, estes representados, no mínimo, pela metade das debêntures em circulação, ou por ato da Comissão de Valores Mobiliários.
 - 2.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por motivos supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição.
3. REMUNERAÇÃO: o AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, honorários de CR\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros reais) por ano, pagáveis em parcelas semestrais de CR\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros reais) cada

uma, sendo a primeira no primeiro dia útil após o registro da escritura de emissão na CVM e as demais no primeiro dia útil dos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento da última série que vier a ser emitida ou resgatada, corrigidas todas desde a data da emissão (01.10.93) pelo IGP-M até o efetivo pagamento ou pelo índice que eventualmente o substitua.

4. DEVERES E ATRIBUIÇÕES: além de outros previstos em lei, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

4.1. proteger os direitos e interesses dos debenturistas com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;

4.2. praticar, privativamente, todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nas debêntures, cujos efeitos interessem à coletividade de seus titulares;

4.3. elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses, contados do encerramento do exercício social da EMISSORA, em que declarará sobre sua aptidão para permanecer no exercício da função, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem à comunhão dos titulares das debêntures;

4.3.1. O Relatório Anual, a que se refere este subitem, será publicado, no prazo máximo ali fixado, no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e em pelo menos 1 (um) jornal de grande circulação da Cidade de São Paulo, observando, ainda, quanto a essa publicação, no que couber, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

4.3.2. O inteiro teor do Relatório a que se refere este subitem, estará à disposição de qualquer debenturista, no domicílio do AGENTE FIDUCIÁRIO, na Cidade de São Paulo, em seu Escritório retro referido;

4.4. notificar aos debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas em decorrência da presente Escritura;

4.4.1. A notificação de que trata o presente subitem, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicações realizadas na forma do subitem 4.3.1. desta cláusula, e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para cautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas;

4.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

4.5.1. declarar antecipadamente vencidas as debêntures cobrando principal e acessórios;

4.5.2. requerer a falência da EMISSORA;

- 4.5.3. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da EMISSORA; e
- 4.5.4. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- 4.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no subitem 4.5.1 supra, somente na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura, ou se a EMISSORA entrar em concordata;
- 4.7. O eventual não exercício pelo AGENTE FIDUCIÁRIO de quaisquer dos procedimentos previstos nesta cláusula não constituirá novação e não impedirá que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a exercê-lo, em qualquer momento, a seu exclusivo critério.
5. DESPESAS: a EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas por ele suportadas na proteção dos direitos e interesses dos debenturistas, ou na realização de seus créditos.
- 5.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado dentro de no máximo 15 (quinze) dias, contados da entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.
- 5.2. As despesas a que se refere este item compreenderão inclusive:
- 5.2.1. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas através de regulamentos aplicáveis;
- 5.2.2. extração de certidões;
- 5.2.3. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- 5.2.4. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações de estrito interesse dos debenturistas.
6. RESPONSABILIDADE: o AGENTE FIDUCIÁRIO é responsável, civil e penalmente, pelos prejuízos que sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, no exercício das funções, causar aos interesses dos debenturistas.

CLÁUSULA IX - ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures, a qualquer tempo, poderão reunir-se em Assembleia, a fim de deliberar sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
2. A Assembleia poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representarem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação e pela Comissão de Valores Mobiliários.
3. Aplica-se à Assembleia, no que couber, o disposto na Lei 6.404, de 15.12.76, sobre a Assembleia Geral dos Acionistas.
4. A presidência da Assembleia caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do disposto no item 2 desta cláusula, respectivamente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao Presidente da EMISSORA, ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela Comissão de Valores Mobiliários.

**Cia. Itauleasing de
Arrendamento Mercantil**

REGISTRO DE FIDUCIÁRIA
COM. DE FIDUCIÁRIA
Bel. Atalaia - Souza Maciel
Oficial Interventor
Av. dos Advogados n.º 361
PQA - SP
15.10

5. Em qualquer caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá à Assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que a ele forem solicitadas.
6. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença dos debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
7. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, observado, no que couber, o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76.
8. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
9. Para efeito de constituição do quórum, a que se refere esta cláusula, serão excluídas, do número de debêntures em circulação, as pertencentes à EMISSORA.

CLÁUSULA X - TOLERÂNCIA

A tolerância dos debenturistas não significará renúncia, perdão, novação ou alteração do pactuado.

CLÁUSULA XI - DO FORO

Fica eleito o foro principal da Comarca de Poá, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Poá-SP, 13 de outubro de 1993.

João Costa
JOÃO COSTA
Diretor Gerente
CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - GRUPO ITAÚ
FIRMA RE-CONHECIDA
FIRMA RE-CONHECIDA
PAULO ROBERTO PASIAN
AFORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
IZIDORO POLACOW

13.º
TABELÃO
Testemunhas:
1) *Carlos E. Zanelato*
CARLOS E. ZANELATO
2) *Paulo Roberto Pasian*
PAULO ROBERTO PASIAN

3.º CARTÓRIO DE NOTAS DE SÃO PAULO
R.3 de Dezembro, 50 São Paulo - P. 229-00-66
RECONHEÇO por semelhança as firmas de:
PAULO ROBERTO PASIAN, IZIDORO POLACOW...
SÃO PAULO 14 de Outubro de 93
Pago Cr\$***246.02 em DA VERDADE
JOÃO CARLOS TOBIAS
024396/00404785

